

Brasília, 19 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Domingo, 15 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

O que é a oposição no registro de marca e como se defender 3

Domingo, 15 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Instagram indenizará por suspender perfil comercial sem justificativa 5

MSN Notícias

Domingo, 15 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

Roubar não é inovar: Scarlett Johansson e Cate Blanchett, entre outros 700 artistas,... 7

O que é a oposição no registro de marca e como se defender



Neste artigo, vamos explicar o que é a oposição ao registro de marca, como funciona a manifestação em defesa e como você pode proteger sua marca de forma eficaz.

O que é a oposição no registro de marca e como se defender Gustavo Henrique de Oliveira Tigre Neste artigo, vamos explicar o que é a oposição ao registro de marca, como funciona a manifestação em defesa e como você pode proteger sua marca de forma eficaz. domingo, 15 de fevereiro de 2026

Atualizado em 13 de fevereiro de 2026 14:31

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

O que é a oposição ao registro de marca?

A oposição é uma etapa do processo de registro em que terceiros interessados têm o direito de contestar o pedido de registro de uma marca que julguem conflitante com seus próprios direitos. Esse mecanismo, previsto na lei da **propriedade industrial** (lei 9.279/1996), visa evitar registros que possam causar confusão no mercado ou prejuízo a marcas preexistentes.

Quando você protocola um pedido de registro no **INPI**, ele é publicado na RPI - Revista da **Propriedade Industrial** para que qualquer pessoa possa analisar. Após a publicação, inicia-se o prazo de 60 dias para que terceiros apresentem uma oposição formal.

O que é a manifestação à oposição?

Se a sua marca sofreu oposição, o próximo passo é apresentar a manifestação à oposição (nome dado a defesa). Trata-se de um documento técnico e jurídico que você, como titular do pedido de registro, envia ao **INPI** para rebater os argumentos apresentados na oposição.

A manifestação é sua oportunidade de demonstrar que:

Sua marca atende aos critérios de registrabilidade previstos em lei (lei de direitos autorais - 9.610/98).

Não existe risco de confusão com outras marcas registradas.

A oposição apresentada carece de fundamento jurídico ou técnico.

Como fazer a manifestação à oposição?

Apresentar uma manifestação exige estratégia, conhecimento técnico e atenção aos prazos. Confira os principais passos para garantir uma resposta sólida:

1. Leia a oposição com atenção

O primeiro passo é analisar o conteúdo da oposição publicada no NPI. Identifique os argumentos apresentados e entenda quais são as alegações feitas contra o registro da sua marca.

2. Reúna provas e argumentos técnicos

Prepare sua defesa com base na legislação de marcas e em provas que sustentem sua posição. Isso pode incluir:

Uso anterior da marca no mercado.

Diferenças claras entre sua marca e a marca opoitora.

Estudos ou pareceres que comprovem a distintividade da sua marca.

3. Elabore a manifestação em defesa

A manifestação deve ser bem fundamentada, com argumentos claros e organizados. É importante demonstrar que sua marca atende aos critérios de originalidade, distintividade e licitude exigidos pela

lei.

4. Pague a taxa de manifestação

O **INPI** exige o pagamento de uma taxa administrativa antes de protocolar a manifestação. Certifique-se de efetuar o pagamento dentro do prazo para evitar a perda de direitos.

5. Protocole a manifestação dentro do prazo

O prazo para apresentar a manifestação é de 60 dias contados da data de publicação da oposição. Não deixe para a última hora, pois o descumprimento desse prazo pode comprometer seu registro.

Qual o papel do **INPI** após a manifestação?

Após a apresentação da manifestação, o **INPI** irá analisar os argumentos de ambas as partes. Essa análise técnica considera:

A validade dos argumentos da oposição.

A consistência da defesa apresentada.

Os requisitos legais para o registro de marcas.

A decisão final será publicada na Revista de **Propriedade Intelectual**, podendo resultar na concessão ou no indeferimento do registro.

Gustavo Henrique de Oliveira Tigre Advogado Especialista em Direito Digital e Direito do Consumidor | Referência na proteção de E-commerces e Marketplaces

Instagram indenizará por suspender perfil comercial sem justificativa



Empresa de artigos de luxo seminovos usava a rede social como vitrine e canal de vendas; juíza considerou abusiva a suspensão e fixou R\$ 3 mil por danos morais.

Direito do consumidor Instagram indenizará por suspender perfil comercial sem justificativa Empresa de artigos de luxo seminovos usava a rede social como vitrine e canal de vendas; juíza considerou abusiva a suspensão e fixou R\$ 3 mil por danos morais. Da Redação

domingo, 15 de fevereiro de 2026

Atualizado em 13 de fevereiro de 2026 14:33

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A Justiça de São Paulo determinou que o Instagram reative a conta comercial de uma empresa do ramo de artigos de luxo seminovos e condenou o Facebook Serviços Online do Brasil Ltda. ao pagamento de R\$ 3 mil por danos morais.

A decisão é da juíza de Direito Mariana Lovato Oyama, do Juízo Titular I da Unidade Avançada de Atendimento Judiciário das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Central Vergueiro, que considerou abusiva a suspensão do perfil, já que a plataforma não apresentou prova específica da suposta violação aos termos de uso.

Entenda o caso

A autora utilizava o Instagram como vitrine de seu acervo e principal canal de prospecção de clientes e realização de vendas.

Segundo relatou na ação, teve sua conta suspensa sob alegação genérica de violação aos termos de

uso relacionados à **propriedade intelectual**, sem que fossem indicadas quais publicações teriam infringido as regras da plataforma.

Diante da suspensão, ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos morais, requerendo o restabelecimento do perfil e reparação pelos prejuízos sofridos.

A empresa ré sustentou que a desabilitação ocorreu por suposta violação contratual. Contudo, conforme registrado na sentença, limitou-se a apresentar justificativa genérica, sem especificar a conduta irregular ou produzir prova concreta da infração alegada.

Instagram deve reativar conta e indenizar empresa por suspender perfil comercial sem justificativa.(Imagem: Freepik)

Plataformas devem fundamentar sanções e assegurar defesa

Ao analisar o mérito, a magistrada reconheceu a aplicação do CDC ao caso, com base na teoria finalista mitigada, considerando a vulnerabilidade da autora diante da fornecedora do serviço.

Embora tenha destacado que provedores podem estabelecer políticas internas e termos de uso, a juíza ressaltou que as punições não podem ser arbitrárias. No caso concreto, não houve identificação das publicações supostamente infratoras nem detalhamento da alegada violação à **propriedade intelectual**, o que impediu o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa.

Para a magistrada, a desativação unilateral de perfil sem fundamentação adequada caracteriza exercício abusivo de direito e vício na prestação do serviço.

Assim, determinou a reativação da conta no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária de R\$ 500, limitada a R\$ 5 mil.

Quanto aos danos morais, a sentença destacou que pessoas jurídicas podem sofrer abalo à honra objetiva, nos termos da súmula 227 do STJ. A suspensão repentina de conta comercial utilizada como principal ferramenta de divulgação e vendas afeta a reputação da empresa perante clientes e fornecedores.

Continuação: Instagram indenizará por suspender perfil comercial sem justificativa

Considerando que a desativação perdurou por meses, a indenização foi fixada em R\$ 3 mil.

O escritório Machado e Magalhães Advogados Associados atua no caso.

Processo: 4011366-46.2025.8.26.0016.

Leia a decisão.

Roubar não é inovar: Scarlett Johansson e Cate Blanchett, entre outros 700 artistas, unem forças contra a inteligência artificial



"Roubar não é inovar." Essa mensagem impactante abre a declaração com a qual mais de 700 artistas de diferentes áreas, incluindo nomes como Scarlett Johansson, Joseph Gordon-Levitt e Cate Blanchett, lançaram uma nova campanha que, infelizmente, não busca a aniquilação da inteligência artificial, mas sim sua regulamentação. Mas, como dizem, antes algo do que nada. Meias medidas

A carta afirma que "a comunidade criativa dos Estados Unidos é a inveja do mundo e gera empregos, crescimento econômico e exportações", embora esteja atualmente ameaçada por gigantes da tecnologia que "estão usando o trabalho de criadores americanos para construir plataformas de IA sem autorização ou respeito às leis de **direitos autorais**".

Então, qual é a solução dos signatários para o roubo de seu trabalho, que eles alegam "não ser inovação nem progresso"? Simplesmente, regulamentação por meio de contratos de licenciamento e parcerias que possam nos ajudar a "ter acesso à IA avançada e em rápido desenvolvimento" que, aliás, garanta "que os direitos dos criadores sejam respeitados". Acordos como o assinado entre a Disney e a OpenAI não são um bom presságio para os altos escalões da indústria audiovisual.

Na minha humilde perspectiva, essa postura cai nas águas turvas das meias-medidas, reduzindo um dos maiores problemas da nossa realidade atual - um problema que não se limita à esfera criativa - a uma questão de compensação financeira, o que, reconhecidamente, seria obviamente justo e necessário. O impacto ecológico, trabalhista e sociopolítico dessa

ferramenta específica parece ser secundário quando se trata de alguns dólares.

Em todo caso, a menos que se recorra à aniquilação, qualquer iniciativa que busque regulamentar a inteligência artificial será sempre bem-vinda. Por ora, com nossos feeds de redes sociais cada vez mais inundados de conteúdo de IA de baixa qualidade e extremamente prejudicial, disfarçado de memes e postagens aparentemente inofensivas, deixo vocês com a declaração completa. "Roubar não é inovar"

"A comunidade criativa dos Estados Unidos é invejada pelo mundo todo e gera empregos, crescimento econômico e exportações.' Mas, em vez de respeitar e proteger esse valioso recurso, algumas das maiores empresas de tecnologia - muitas delas apoiadas por capital de risco e outros financiadores - estão usando o trabalho de criadores americanos para construir plataformas de IA sem autorização ou respeito pelas leis de **direitos autorais**."

Artistas, escritores e criadores de todos os tipos estão se unindo em torno de uma mensagem simples: roubar nosso trabalho não é inovação. Não é progresso. É roubo, pura e simplesmente.

Existe um caminho melhor: por meio de acordos de licenciamento e parcerias, algumas empresas de IA já optaram pela via responsável e ética para obter o conteúdo e os materiais que desejam utilizar. É possível ter tudo. Podemos ter IA avançada e em rápido desenvolvimento e garantir que os direitos dos criadores sejam respeitados."

Leia o artigo em AdoroCinema

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais	5
Marco regulatório INPI	1,2
Propriedade Industrial	1,2
Propriedade Intelectual	1,2,3,4